

## ÉTICA NA GESTÃO FINANCEIRA DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (MPE's) DO ALTO TIETÊ: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO.

**Lóris Fernandes; Michel Mott; Ricardo Trovão**

Estudante do Curso de Administração; e-mail: lorisfernandes@gmail.com

Professor da Universidade de Mogi Das Cruzes; e-mail: michelmott@yahoo.com.br

Professor da Universidade de Mogi Das Cruzes; e-mail: ricardo.trovaio@uol.com.br

**Área do Conhecimento:** Administração de empresas

**Palavras-chaves:** ética; gestão financeira; micro e pequenas empresas.

### INTRODUÇÃO

O Brasil é uma nação empreendedora, sendo que as MPE's são, reconhecidamente, agentes relevantes para a dinâmica econômica e empresarial do país, além, é claro, de possuírem um papel social de mais alta importância. Entretanto, boa parte das empresas que são abertas todos os anos no país não sobrevivem, o que pode estar atrelado, muitas vezes, a um certo despreparo do empresário, pois, somente a posse de certas habilidades gerenciais – embora extremamente importantes – não é suficiente. É preciso algo mais, isto é, uma atitude e um comportamento ético para com o seu empreendimento, bem como para com as pessoas e demais parceiros envolvidos direta ou indiretamente com o negócio. Esse “algo mais...” torna-se particularmente sensível do ponto de vista de sobrevivência da empresa quando a atitude ética é negligenciada, esquecida ou mesmo deliberadamente deixada de lado pelo empresário, em especial no que tange a administração financeira, que é um ponto muito delicado na gestão empresarial. Numa perspectiva mais ampla, Arruda, Whitaker e Ramos (2007, p.113) ressaltam que “é comum exprimir-se o objetivo das finanças como a maximização do valor dos investimentos dos acionistas”, porém asseveram que “a maximização do valor deve ser corretamente compreendida”. Nessa direção, a função financeira, segundo Arruda, Whitaker e Ramos (2007, p.113), “volta-se para a busca da maximização do valor, dentro da observância das leis, com respeito aos direitos e interesses de cada um dos grupos de *stakeholders*”. Sendo assim, visualiza-se a necessidade de compreender a empresa como uma entidade independente dos proprietários, ou seja, trata-se de considerá-la uma “pessoa” com personalidade jurídica própria, portanto portadora de direitos e deveres. Entretanto, mesmo com o pró-labore, muitos empresários utilizam-se do expediente de retiradas indevidas do caixa para fins particulares. Ressalte-se que o emprego do qualificativo “indevidas”, não significa que tais retiradas sejam ilegais, mas, na visão administrativa tal procedimento é errado, uma vez que é para isso que existe o pró-labore. Contudo, é fato que o empresário tem direito a uma remuneração a altura das suas responsabilidades e do desempenho da empresa; mas será que o mesmo tem o direito de agir sem pensar nas consequências das suas atitudes e de seus comportamentos? Será que o empresário percebe que a empresa e ele próprio possuem compromissos com funcionários, fornecedores, clientes, sócios, governos? Essas e outras questões aguçaram a curiosidade sobre os possíveis sentidos das ações dos empresários acerca desta questão e, portanto, impulsionaram o estudo da compreensão da visão do empresário de MPE's do Alto Tietê em relação a retiradas do caixa da empresa para fins particulares e se as mesmas são ou não percebidas por eles como um comportamento ético.

## **OBJETIVOS**

Formam o rol de objetivos deste estudo: verificar a visão do empresário de MPE's do Alto Tietê sobre a realização de retiradas do caixa para fins particulares como um comportamento ético; investigar o ponto de vista dos empresários acerca da realidade empresarial no país; verificar aspectos peculiares ao estilo brasileiro de administrar.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa foi do tipo exploratória (VERGARA, 2006). O instrumento de coleta de dados adotado foi do tipo estruturado com questões fechadas e mistas, porém durante a aplicação dos questionários, buscou-se explorar o fenômeno de forma mais ampla, ou seja, dando-se liberdade para os respondentes emitirem suas opiniões de modo que pudesse emergir algum dado qualitativo. O universo de pesquisa abrangeu MPE's – segundo a classificação do Sebrae – dos municípios de Mogi das Cruzes e Suzano, sendo que a amostra constitui-se de vinte empresas. Utilizou-se a amostragem não probabilística por acessibilidade (VERGARA, 2006).

## **RESULTADOS/DISCUSSÃO**

Entre as vinte (20) MPE's pesquisadas, apenas uma pertence ao setor industrial (5%), sete são prestadoras de serviços (35%) e as doze restantes pertencem ao comércio (60%). Entre os participantes, constata-se uma predominância feminina na gestão das mesmas, com 55%; além disso, 50% dos sujeitos encontram-se na faixa etária que varia dos vinte (20) aos trinta (30) anos. Quanto a escolaridade dos respondentes, verifica-se que 35% deles possuem ensino superior completo, 35% segundo grau completo, 20% ensino superior incompleto e 10% são pós-graduados. Em relação aos dados específicos, podemos notar que 65% dos participantes garantem ter estipulado o pró-labore como fonte de remuneração particular, porém, destes, apenas 25% têm o pró-labore estipulado em contrato social. No que tange à utilização de recursos financeiros da empresa para fins particulares, 55% dos participantes afirmaram já terem utilizado tal expediente, sendo que as justificativas para tal procedimento referem-se principalmente à falta de planejamento financeiro e organização adequada, tanto para saldar dívidas da empresa quanto a investimentos realizados de modo inapropriado. Contudo, dentre os respondentes, obtivemos informações que referem-se a razões absolutamente particulares em relação a utilização de recursos financeiros da empresa. Numa perspectiva mais técnica, 80% dos respondentes reconhecem como uma atitude administrativamente errada a realização de retiradas aleatórias de recursos financeiros da empresa para fins particulares, utilizando-se, principalmente, das seguintes justificativas: descontrole financeiro, desajustes no fluxo de caixa, interferência em futuros projetos/investimentos e a existência de diversos compromissos financeiros. Entretanto, apesar de admitirem que esta atitude seja tecnicamente errada, alguns participantes (55%) afirmam que a utilizam. Temos, contudo, resultados afirmativos unânimes (100%) quanto ao reconhecimento do compromisso da empresa com terceiros, bem como com a afirmação de que a saúde financeira da empresa é importante para que a subsistência do próprio empresário seja garantida. Em relação à ética e à utilização de recursos financeiros da empresa para fins particulares, 75% dos respondentes não acreditam que fazer retiradas esporádicas do caixa seja um comportamento ético, porém em 15% das respostas aparece o termo “depende” o que pode trazer à tona a ideia de justificativa e atenuação da ação. No entanto, em seus argumentos os sujeitos demonstraram uma maior tendência a acreditarem como um comportamento ético tal proceder. Sendo o foco da pesquisa as MPE's, pode-se deduzir que os respondentes que a qualificaram deste modo não assimilam como um

comportamento não-ético seu modo de gestão. Em relação à consideração como um comportamento não-ético a retirada de recursos financeiros para fins particulares, nota-se também que os participantes reconhecem a importância de uma administração eficaz de seus recursos, bem como a importância do controle destes, assim como a diferenciação que deve existir entre as suas obrigações particulares e as de seu empreendimento. Essa consciência das responsabilidades e compromissos das empresas como pessoa jurídica, pode trazer uma perspectiva de aproximação da gestão financeira com um comportamento ético, pois como afirmam Arruda, Whitaker e Ramos (2007, p.108), “a gestão de negócios em geral, e de modo mais concreto na área financeira, preocupa-se em ser ética não porque isso gere lucros, mas porque ela acontece entre seres humanos, os quais em qualquer circunstância devem agir corretamente, com independência em relação às conseqüências dessa atuação”. Ainda de acordo com Arruda, Whitaker e Ramos (2007 p.71), pode-se afirmar que, nas empresas, “as pessoas conscientes desse esforço ético têm maior probabilidade de tomar decisões corretas”. Um outro aspecto estudado, tem a ver com a identificação do estilo brasileiro de administrar. Para 35% dos participantes não é possível administrar uma empresa no Brasil sem usar o famoso “jeitinho brasileiro”, portanto, esses dados nos levam a entender que, a visão predominante dentro da amostra estudada é a de que é possível administrar empresas no país sem a utilização desse expediente. De modo geral, o “jeitinho brasileiro” foi caracterizado pelos respondentes como: não cumprimento das leis e o não pagamento dos impostos; contornos de situações inesperadas; procrastinação; desonestidade; flexibilidade; e de alguma maneira os meios justificando os fins. Entretanto, ressalve-se que o “jeitinho brasileiro”, com toda a sua tipicidade, abrangência e flexibilidade, não deve ser analisado apenas em seus aspectos negativos (TANURE, 2007). Pontue-se ainda que, na questão relativa ao poder decisório dentro da organização, verifica-se o seguinte resultado: 65% dos respondentes consideram natural o poder ser distribuído de forma desigual na empresa, o que, por sua vez, “corroboramos nosso traço cultural de concentração de poder e de valorização da hierarquia” (BARROS e PRATES, 1996, p.35). Contudo, apesar de reconhecermos a influência da cultura brasileira nas ações administrativas, é importante atentar que para haver um desenvolvimento empresarial satisfatório, os traços culturais do brasileiro não devem ser exageradamente revivificados (BARROS e PRATES, 1996). Quanto ao modo de agir dos participantes em relação à gestão financeira de suas empresas, verifica-se a existência de vícios e virtudes obtidas por meio da frequência de certas justificativas que se alinham, principalmente, à virtude de austeridade, apontada por treze (13) participantes, o que, segundo Arruda, Whitaker e Ramos (2007, p.111) “apoiada na temperança, a austeridade é uma virtude que não sendo essencial como a prudência, aperfeiçoa o administrador financeiro”, não obstante, doze (12) participantes indicaram a virtude da sinceridade e lealdade, esta que, no nosso entender, é de enorme importância para os gestores financeiros. Neste sentido, nota-se ainda que a virtude da liberalidade e magnificência, caracterizada pelo uso moderado da riqueza (ARRUDA, WHITAKER e RAMOS, 2007), também obteve destaque na pesquisa, sendo apontada por nove (9) sujeitos. Por sua vez, quanto à visão dos respondentes sobre a realidade empresarial no Brasil, obtivemos as seguintes justificativas: favorecimento das grandes empresas em detrimento das MPE's; elevada carga tributária; a importância de um gerenciamento adequado; e o incentivo dado as MPE's. Ainda, aferiu-se resultados relacionados aos indicadores de sucesso no campo empresarial. Neste item, nota-se que a visão dos sujeitos refere-se, principalmente, aos seguintes pontos: a qualidade no atendimento ao cliente; bom relacionamento e boa condição salarial dos funcionários; fatores relacionados ao reconhecimento, a imagem e a reputação da empresa; a

qualidade nos serviços/produtos e sua possível diferenciação no mercado; os ganhos financeiros, a lucratividade e a sustentabilidade da organização; e, por fim, a atuação no mercado, quanto às atualizações, o posicionamento, a tecnologia, etc. O sucesso, visto como um grande motor da ação dos empresários tem como fatores valorizados pelos sujeitos: os resultados da empresa; competência de inovação; o espírito esportivo; os lucros do ano; permanecer dentro da lei e a continuidade do negócio; a responsabilidade com os empregados e com a sociedade; as normas éticas, honra, dignidade e a reputação; poder; crescimento do negócio, a riqueza pessoal; interesses familiares satisfeitos.

## **CONCLUSÃO**

Ao longo da pesquisa, verificou-se um posicionamento ético bastante oscilante entre os participantes, pois apesar de admitirem como uma ação administrativamente errada e acreditarem como sendo não-ético a retirada aleatória de recursos financeiros do fluxo de caixa para fins particulares, a maioria dos participantes utiliza-se de tal procedimento, mesmo reconhecendo suas responsabilidades enquanto empresários, o que nos remete a traços da cultura brasileira, como a contradição, o particularismo e a centralização do poder. Por sua vez, a visão dos sujeitos sobre a realidade empresarial brasileira é definida como um fator que, uma vez aprimorado, poderá beneficiar as empresas, pois nota-se a existência de uma insatisfação frente a esta realidade; contudo, aspectos favoráveis foram apontados, demonstrando que há perspectivas positivas em relação ao futuro das empresas brasileiras. Por fim, pode-se afirmar que a visão dos participantes em relação ao problema proposto é paradoxal, pois se percebe uma significativa distância entre o que se fala e o que se pratica. Essa constatação alia-se a elementos do estilo brasileiro de administrar, influenciado pela própria cultura brasileira. Sendo que, tal posição pode trazer problemas à gestão das empresas, entretanto, como nos é característico, há uma fé de que no fim “tudo sempre acaba dando certo”.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARRUDA, M.C.C.; WHITAKER, M.C.; RAMOS, J.M.R. **Fundamentos de ética empresarial e econômica**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BARROS, B. T.; PRATES, M.A.S. **O estilo brasileiro de administrar**. São Paulo: Atlas, 1996.

TANURE, B. **Gestão à brasileira: uma comparação entre América Latina, Estados Unidos, Europa e Ásia**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VERGARA, S.C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2006.